

retrato

do BRASIL

WWW.RETRATODOBRASIL.COM | R\$ 8,00 | Nº 18 | JANEIRO 2009

Ponto de vista **OBAMA E A CRISE** Parece que o novo presidente americano quer enfrentar a crise com uma mobilização como a que o elegeu, sem descer à raiz dos problemas **06**

Política **FERIDA ABERTA** Setores do governo querem a punição aos torturadores da ditadura. Mas há quem considere o assunto encerrado pela Lei da Anistia *Carlos Azevedo* **08**

Reforma tributária **ATÉ MARÇO...** O substitutivo de Mabel é uma contra-reforma: piora o já perverso sistema tributário. O adiamento de sua votação vai permitir que ele seja melhorado? *Tânia Caliari* **16**

Polícia **A PRIMEIRA VEZ NINGUÉM ESQUECE** Baixos salários, inabilidade do governo e desprestígio levaram os policiais civis à primeira greve em 104 anos de sua história *Léo Arcoverde* **19**

Venezuela **A HORA DA REFLEXÃO** Chávez ganhou outra batalha eleitoral. Mas a vitória não esconde os graves problemas políticos e sociais que a Revolução Bolivariana enfrenta *Yuri Martins Fontes* **22**

Livro 1 **TRAPALHADAS E CORRUPÇÃO** É assim que *Legado de cinzas* descreve boa parte da atuação da CIA em todo o mundo ao longo de suas seis décadas de existência *Flávio de Carvalho Serpa* **28**

Fotografia **IMAGENS DE UMA METAMORFOSE** Cristiano Mascaro fala sobre o trabalho de Becherini, que registrou uma São Paulo que hoje é praticamente irreconhecível **32**

Livro 2 **NOS CÉUS DO BRASIL** Ozires Silva reconta sua história da indústria aeronáutica brasileira 40 anos depois da decolagem do Bandeirante. Mas a saga começa bem antes dele *Álvaro Caropreso* **35**

Ciência **BOTANDO PRA QUEBRAR NO LHC** Os cientistas do Grande Colisor de Hádrons querem mesmo é achar algo que chacoalhe as explicações do Universo *Flávio de Carvalho Serpa e Verônica Bercht* **38**

CARTAS À REDAÇÃO

Entre em contato com a redação de **Retrato do Brasil**. Dê sua sugestão, critique, opine. Escreva para cartas@retratodobrasil.com. Reservamo-nos o direito de editar as mensagens recebidas para adequá-las aos espaço disponível ou para facilitar a compreensão.

CENTRAIS POLÊMICAS

O artigo "Centrais reconhecidas, polémica aberta", publicado na edição nº 16, tem equívocos, alguns dos quais aponto a seguir: a) não incluiu a informação de que a Central Sindical de Profissionais (CSP) cumpriu todas as exigências dispostas na legislação que reconhece as centrais sindicais, mas foi deixada de lado pelo anúncio oficial; b) incorre num grave erro histórico ao falar de uma "CGT pré-golpe de 1964...". O que existia na época era o Comando Geral dos Trabalhadores; c) quando menciona as contribuições, comete um erro de interpretação. A CLT trata a questão de forma genérica em seu artigo 513, sem dizer respeito à contribuição assistencial que foi criada pelos sindicatos no início da década de 1990. [Ernesto Germano Paré / Rio de Janeiro – RJ]

RESPOSTA DA REDAÇÃO:

Agradecemos a informação sobre a CSP, que não consta dos dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e pelo Diaap. O leitor tem razão com relação à inexistência de "uma" CGT. Ocorreu um erro de edição: o historiador Vargas Neto citou corretamente "o" CGT, Comando Geral dos Trabalhadores. Sobre a questão do artigo 513 da CLT, conforme consulta feita a um especialista na área sindical – usado também como uma das fontes do artigo – não há erro de interpretação.

ERRATA

Na edição anterior, de nº 17, à página 19, o texto sob o título "Outra armação" saiu truncado. O correto é: "O repórter da Globo mostra o prédio onde mora Chicaroni. A imagem aparece acompanhada de um diálogo, que teria ocorrido entre ele e o delegado Ferreira, por ocasião do primeiro recebimento de dinheiro, de 50 mil reais. Mas são duas pessoas que recebem o dinheiro: Ferreira e o delegado Protógenes Queiroz. A frase "não vamos nem conferir" mostra que Ferreira não estava sozinho."

EXPEDIENTE

SUPERVISÃO EDITORIAL Raimundo Rodrigues Pereira • **EDIÇÃO** Armando Sartori • **REDAÇÃO** Carlos Azevedo • Lia Imanishi • Rafael Hernandez • Sônia Mesquita • Tânia Caliari • Verônica Bercht • **COLABORAM NESTA EDIÇÃO** Álvaro Caropreso • Cristiano Mascaro • Flávio de Carvalho Serpa • Léo Arcoverde • Yuri Martins Fontes • **EDIÇÃO DE ARTE** Ana Castro • Pedro Ivo Sartori • **REVISÃO** Silvio Lourenço • Marco Bortolazzo [OK Linguística]

VENDAS comercial@oficinainforma.com.br • **GERENTE** Daniela Dornellas • **REPRESENTANTE EM BRASÍLIA** Joaquim Barroncas

ADMINISTRAÇÃO Neuza Gontijo • Maria Aparecida Carvalho • Antônio Eldon de Sousa Júnior

Retrato do BRASIL é uma publicação mensal da Editora Manifesto S.A.

EDITORA MANIFESTO S.A.

PRESIDENTE Roberto Davis • **DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO** Marcos Montenegro • **DIRETOR EDITORIAL** Raimundo Rodrigues Pereira

REDAÇÃO Rua Fidalga, 146 conj. 42 • São Paulo SP • CEP 05432 000 • Telfax 11 38149030 • administracao.sp@oficinainforma.com.br

ADMINISTRAÇÃO Rua do Ouro, 1.725 2º and. • Belo Horizonte MG • CEP 30210 590 • Telfax 31 32814431 • administracao.bh@oficinainforma.com.br

ASSINATURAS ventas@retratodobrasil.com • Tel 11 3813 1527 • 11 3037 7316

ATENDIMENTO AO ASSINANTE assinatura@retratodobrasil.com

ESCRITÓRIO COMERCIAL EM SÃO PAULO Daniela Dornellas • Tel 11 3813 1527 • 11 3037 7316 • daniela@retratodobrasil.com
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL EM BRASÍLIA Joaquim Barroncas • SCN Quadra 01 Bloco F • American Office Tower sala 1.408 • Brasília DF • CEP 70711 905 • Tel 61 33288046 • barroncas@poranduba.com

IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica Grecco & Melo • Rua Chave, 614 • Barueri SP • Tel 11 4198 9860

OBAMA E A CRISE Parece que o novo presidente americano quer enfrentar a crise com uma mobilização como a que o elegeu, sem descer à raiz dos problemas

NOAM CHOMSKY, linguísta do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e militante da esquerda americana, fez, em entrevista ao correspondente da *Folha de S. Paulo* nos EUA, Sérgio Dávila, duas afirmações que vale a pena destacar, sobre a vitória de Barack Obama na eleição para a Presidência americana:

• O fato de um afrodescendente e uma mulher (Hilary Clinton) terem sido os finalistas no processo de escolha do candidato do Partido Democrata à disputa presidencial americana “é um tributo ao ativismo dos anos 1960” naquele país, cujas consequências “tiveram um efeito civilizador [...] Mas muitos querem exagerar esse significado, sem admitir, por exemplo, que as vitórias de um operário metalúrgico no Brasil [Lula] e de um descendente de índios na Bolívia [Evo Morales] têm também um significado semelhante”.

• Obama é um “democrata de centro”, como Bill Clinton. Sua eleição foi como a venda de uma marca: a mídia em geral o elogiou por organizar um exército de apoiadores, “que não contribuiu em nada para as políticas de seu governo e só espera instruções para apoiar sua agenda, seja ela qual for”. Citando um teórico político progressista americano, o analista Walter Lippman (1889-1974), Chomsky diz que o processo de venda da “marca Obama” é uma construção política não democrática, na qual o público é dado como um conjunto de “observadores intrusos e ignorantes”, de “expectadores da ação”, e não de “participantes”.

O que fará Obama na Presidência do país econômica e militarmente mais forte do mundo? A julgar pelo gabinete que escolheu, não haveria qualquer mudança em relação à política tradicional. No Departamento de Estado, estará Hilary Clinton. No de Defesa, permanece o escolhido por George W. Bush, Robert Gates. Para o do Tesouro, foi o preferido da alta finança: Timothy Geithner, atual diretor do Federal Reserve de Nova York, centro das operações financeiras do banco central americano.

As escolhas foram tão decepcionantes para um candidato eleito em nome da “mudança” que Obama acabou convocando uma entrevista para dizer que os nomes tradicionais darão a seu governo a experiência. Mas que a “visão” será a dele. Que “visão” é essa?

Obama toma posse no dia 20, mas algumas de suas posições, especialmente com relação à enorme crise gerada na economia de seu país, mas que rapidamente se alastra pelo mundo, são reveladoras. Tome-se, por exemplo, sua atitude com relação ao plano de ajuda às montadoras automobilísticas dos EUA, o qual foi rejeitado no dia 11 de dezembro pelo Senado americano. Os congressistas do Partido Democrático, com o apoio de Obama e de Bush, tinham concordado com um empréstimo-ponte de 14 bilhões de dólares à General Motors e à Chrysler, para equacionar os pagamentos de curto prazo, até março, das duas empresas – a outra das três grandes montadoras americanas, a Ford, está em melhor situação. Ao mesmo tempo, o governo nomearia um executivo especial para supervisionar uma reestruturação do setor. A proposta passou pela Câmara dos Representantes, mas foi rejeitada no Senado, basicamente graças à oposição maciça da minoria republicana. E, a despeito de sua rejeição no Congresso, o presidente Bush pretende levá-la adiante de alguma forma enquanto estiver no poder.

CAPACIDADE DE SOBRA

A crise da indústria automobilística não é apenas americana: é um dos aspectos da crise econômica global. Tanto nos EUA como na Europa, as montadoras tiveram no ano passado e têm previstas para este as maiores quedas de vendas desde o início dos anos 1950. As vendas nos países emergentes, como Índia, Brasil e China, também caíram e não compensarão as quedas nos mercados mais ricos. A capacidade global instalada, estima *The Wall Street Journal*, é de 92 milhões de unidades, e as vendas previstas para este ano são de 60 milhões de carros, apenas.

A crise das grandes montadoras americanas, no entanto, é mais profunda. Metade da capacidade instalada das três grandes já é suficiente para atender o mercado americano. E, ainda assim, elas têm, progressivamente, perdido espaço no próprio país. Estima-se que em poucos anos, mesmo sem a crise e a eventual quebra de GM ou Chrysler, a maior parte dos carros nos EUA sairá de fábricas estrangeiras, especialmente de plantas japonesas. Mas as montadoras chinesas, por exemplo, que são 80 e enfrentam também uma crise, estão em situação muito melhor que as americanas.

Em meados de dezembro, por exemplo, a chinesa BYD, na qual o americano Warren Buffet tem uma participação de 10%, lançou na China o primeiro carro elétrico para consumo de massa, prometendo lançá-lo no mercado americano no ano que vem.

O problema maior das montadoras americanas é o seu grande endividamento. Uma das causas do fracasso do plano para salvá-las está ligada às concessões esperadas dos trabalhadores. Os senadores republicanos responsáveis pela rejeição do acordo exigiram que o projeto incluísse a convergência, num prazo de tempo limitado, dos salários dos trabalhadores nas empresas americanas de Detroit para o nível praticado, nos próprios EUA, por suas concorrentes japonesas, como Honda e Toyota. Os sindicatos rejeitaram a inclusão desse ponto no pacote de ajuda. “Não podemos aceitar o esforço dos senadores republicanos de singularizar os trabalhadores e aposentados para tratamento diferenciado”, disse Ron Gettelfinger, presidente da United Auto Workers, o sindicato dos trabalhadores na indústria automobilística. Os republicanos não fizeram o mesmo tipo de exigência para outros grupos envolvidos nas negociações para salvar as montadoras, como os donos da empresa, os detentores de bônus de suas dívidas, os fornecedores, revendedores, disse o líder sindical.

Obama apoiou o plano acertado entre os democratas e Bush, que, no fundo, visava apenas ganhar tempo. Mas não porque não houvesse alternativas. O Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, em artigo para o *Financial Times* em meados do mês passado, por exemplo, disse que a melhor forma de resolver os problemas da GM e da Chrysler seria o da concordata pré-negotiada, na qual elas se livrassem da carga de juros e dividendos que pagam hoje. Ele argumentou que os 14 bilhões de dólares de empréstimo propostos pareceriam pequenos diante do agravamento da crise global e das somas bilionárias que a cada dia se anuncia para um novo socorro aos grandes. Mas, diz Stiglitz, não se pode esquecer que há alguns meses Bush disse que os EUA não tinham dinheiro suficiente para bancar planos de saúde para as crianças pobres.

Stiglitz propôs os termos da negociação prévia da concordata da GM e da Chrysler de forma bem diferente. Para ele,

os acionistas controladores das duas empresas, que fracassaram nas suas funções de administradores, deveriam perder tudo. Os detentores de títulos de suas dívidas passariam a ser acionistas, perdendo também quantias substanciais. E, livres da obrigação de pagar juros, as montadoras estariam em melhor situação e poderiam ter a liberdade de começar de novo.

Os carros modernos são produtos tecnológicos complexos, e os EUA têm força em tecnologia, diz Stiglitz. O fracasso é responsabilidade dos executivos das montadoras de automóveis americanos e dos mercados financeiros, que não cumpriram

suas funções de fiscalização e encorajaram um comportamento míope. Os mercados financeiros devem supostamente alocar capital e fiscalizar para que seu uso seja eficiente. A suposição é de que sejam recompensados quando fazem bem o trabalho, mas que arquem com as conseqüências quando fracassam, disse o Nobel.

Obama e Stiglitz são democratas. Ambos são liberais. Stiglitz não se estende mais sobre a questão trabalhista, evidentemente um grande problema. A indústria automobilística americana, que no início dos anos 1980 empregava mais de um milhão de trabalhadores, agora emprega pouco

mais de 200 mil e desempregaria mais gente numa reestruturação, com certeza. Stiglitz diz, no entanto, que o acordo para a concordata deveria garantir as aposentadorias dos trabalhadores. E que o governo poderia também ajudar fundos de pensão que estivessem envolvidos no negócio, mas diretamente.

REAÇÃO MAL INSPIRADA

Stiglitz está à esquerda de Obama. Acha que a ajuda aos fundos dos trabalhadores deve ser feita por uma intervenção mais decidida do Estado, não pelos esquemas atuais, que passam pelos bancos e pelo sistema financeiro existentes, de um modo geral responsáveis pela crise. E esse é o ponto central.

Segundo Dominique Strauss-Kahn, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), a reação à crise tem sido “pequena, mal inspirada quanto ao seu projeto e com dúvidas quanto a sua implantação”. “Enfrentamos uma queda sem precedentes na produção e existe uma incerteza substancial que limita a eficácia de algumas medidas de política fiscal”. Para ele, 2009 será muito difícil e a economia só se recuperará em 2010, se forem perseguidas políticas ativas que complementem as adotadas até o momento, por enquanto insuficientes.

Até agora, os governos das principais potências capitalistas têm se comportado como se a solução para evitar uma catástrofe econômica global fosse os bancos centrais emitirem cada vez mais dinheiro e garantirem cada vez mais os papéis do sistema financeiro existente. Os programas de ajuda ou garantia de créditos, que inicialmente estavam na casa de algumas centenas de bilhões, agora já chegam à altura de meio trilhão de dólares. E a crise continua se agravando. Obama, ao que tudo indica, não tem nada novo a propor. Ganhou as eleições prometendo mudança, com uma campanha de marketing, feita na superfície do sistema. Possivelmente será como Jimmy Carter, o presidente americano dos anos da crise que encerrou a era keynesiana da economia capitalista para dar lugar a Ronald Reagan e às reformas neoliberais. A diferença é que Obama presidirá os EUA com o mundo neoliberal em convulsão profunda, que não se resolverá com mudanças superficiais, muito provavelmente. ■

Reuters



Política:



FERIDA ABERTA

De volta, um antigo e doloroso debate. Setores do governo querem a punição aos torturadores da ditadura. Mas parte do Judiciário e chefes militares consideram o assunto encerrado pela Lei da Anistia | Carlos Azevedo

Os crimes cometidos nos porões da ditadura militar não querem se transformar em coisa do passado. Periodicamente, ressurgem à luz do dia, como fantasmas que assombram o presente. Parece que não se recolherão ao esquecimento enquanto a tortura não for estigmatizada, os corpos dos mortos e desaparecidos se mantiverem insepultos e a verdade não for resgatada. É por isso que o tema da anistia política, concedida há 29 anos, não sai da agenda do País. Passa por períodos de maior ou menor evidência, mas não cai no esquecimento. Embora não seja motivo de ampla mobilização popular, sua chama se mantém acesa, estimulada por familiares de mortos, desaparecidos e torturados durante o regime de exceção, por advogados, representantes de entidades de defesa dos direitos humanos, e até mesmo por setores do governo federal.

No início de outubro, o tema voltou às manchetes, quando o juiz Gustavo Santini Teodoro, da 23ª Vara Cível da Justiça de São Paulo, concedeu ação declaratória em favor de Amélia Teles, César Teles e Criméia de Almeida, irmã de Amélia. Na sentença, o juiz aceitou o pedido de que o coronel Carlos Brilhante Ustra fosse publicamente declarado como responsável por torturas cometidas contra a família durante a ditadura militar. A ação declaratória avalia responsabilidade civil e não tem consequência criminal, não reivindica punição nem indenização. Apenas quer registrar para a história os crimes, considerados de lesa-humanidade e imprescritíveis, cometidos pelo oficial da reserva do Exército. O coronel Ustra passa a ser o primeiro agente do Estado de exceção oficialmente reconhecido como torturador.

A sentença, concedida em primeira instância, permite apelação em escalões judiciais superiores. Por ser inédita, contudo, representa um marco quanto à responsabilização dos torturadores. Até então, as ações judiciais não conseguiam chegar a eles. A chave do sucesso dessa empreitada inicia-

da em 2005, como a explicam seus autores, advogados Fabio Konder Comparato e Aníbal Castro, é ter sido encaminhada como uma causa civil e não criminal. “A causa civil não se refere a crime e pode ser apresentada por um advogado”, esclarece Castro. “Já as ações criminais só podem ser impetradas pelo Ministério Público [MP]. E aquelas que o MP apresentou até agora, relativas à tortura no regime militar, têm tido como alvo responsabilizar a União, e a resposta da Justiça tem sido que esses crimes estão cobertos pela Lei da Anistia”.

O caso que reconheceu Ustra como torturador é uma ação civil, privada, impetrada não contra a União, mas contra ele, considerado responsável pelos crimes. Por ocorrer na esfera civil, essa ação não é submetida à Lei da Anistia. Foi como um “drible” dos advogados na retrancada tática de defesa dos militares quando se trata de assuntos dessa natureza.

ANOS DE QUERELA

O que acontecerá agora? A sentença significa que o Estado brasileiro reconheceu oficialmente o fato. Mas Ustra tem direito de recorrer, em primeiro lugar, ao Tribunal de Justiça de São Paulo, que vai confirmar ou reformar (recusar) a sentença. Seja qual for a decisão do TJ paulista, ainda caberá recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). A sentença só deixará de existir se for negada pelo STF, a última instância.

Mais alguns anos de querela pela frente. De qualquer forma, uma sentença é um fato jurídico, cria precedentes e abre caminho para que outras pessoas recorram também a processo semelhante para obter reconhecimento de abusos cometidos por agentes da ditadura. O caminho não é fácil, entretanto. Pouco antes da sentença favorável do juiz Teodoro, uma ação declaratória semelhante, movida por parentes do jornalista Luís Merlino, por meio dos mesmos advogados,

buscando o reconhecimento de que este fora assassinado em 1971, sob a responsabilidade de Ustra, não teve o mesmo sucesso. Foi recusada pelo mesmo TJ de São Paulo. Isso porque cada julgamento é feito por uma câmara com cinco desembargadores. Uma ação passou, a outra não. Eram câmaras diferentes, com entendimentos diferentes. No caso de Merlino, o juiz de primeira instância acolheu a ação. O advogado de Ustra recorreu e pediu a extinção do processo usando a Lei da Anistia na defesa do réu. E tal posição foi acolhida pelo TJ.

A via do Judiciário é cada vez mais utilizada pelas vítimas de crimes cometidos no período ditatorial. Outras ações correm na Justiça neste momento, como a dos familiares dos mortos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Essa é uma ação pioneira, impetrada em 1982, ainda sob a ditadura militar, por parentes de guerrilheiros do Araguaia, que pretendem saber do destino de filhos e irmãos mortos e desaparecidos. É um processo que já se desenrola há 26 anos e do qual se verá mais detalhes adiante.

Outro processo é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) de São Paulo perante a União que busca responsabilização dos coronéis Ustra e Audir Maciel, que comandaram o DOI-Codi entre 1971 e 1976, período em que 64 presos políticos foram assassinados naquele centro de detenção. O MPF quer, além disso, que os arquivos do DOI-Codi sobre o período sejam abertos e que a União seja ressarcida pelos dois agentes das indenizações que, por conta da anistia, já pagou a familiares das vítimas. Sua alegação é de que quando a União é condenada em razão da ação de seus agentes, ela tem a obrigação legal de acioná-los para que sejam responsabilizados e arquem com os eventuais prejuízos causados ao Estado (ação de regresso).

Esse processo gerou comoção em outubro devido à contestação apresentada pela Advocacia Geral da União (AGU). Em re-